

caso, o mercado imobiliário de Santiago, vem se tornando uma grande fonte de valorização das terras urbanas e de expansão do espaço urbanizado para pontos mais distantes do centro, a periferia.

Referências bibliográficas

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CISOTTO, M. F. **Natureza e cidade**: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização em Campinas – SP. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1986.

LENCIONI, S. Impasses da Gestão metropolitana nas regiões de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. X Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais...** Barcelona, 2008.

NEVES, S. M. A. da S. *et al.* **Mapeamento e quantificação do uso da terra e cobertura vegetal do Pantanal de Cáceres-MT, Brasil, através de imagens de sensoriamento remoto e pesquisa de campo**. São Paulo, 2007.

HENRIQUE, W. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **Geosp** – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 20, p. 65-77, 2006.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

REIS FILHO, N. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

AS ÁREAS VERDES URBANAS COMO ESPAÇO PÚBLICO

Mariana Ferreira Cisotto

mariana.cisotto@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: estética urbana, parque público, qualidade de vida, urbanização dispersa.

Resumo

No presente artigo tratamos da natureza nas cidades com um olhar sobre as áreas verdes como espaços públicos de socialização e como nova raridade utilizada pelo mercado imobiliário. Tendo como hipótese a urbanização dispersa, olhamos para a forma de incorporação de novas áreas verdes ao tecido urbano tratando da importância da apropriação social das áreas verdes urbanas.

Introdução

No padrão de ocupação urbana, caracterizado como difuso e espraiado (SPÓSITO, 2001), exige-se cada vez mais áreas que antes estavam alheias ao processo de expansão urbana. Esse novo padrão de ocupação urbana, somado ao crescimento demográfico gera demanda por novas áreas para habitações, para suprir a crescente demanda alimentar e para

o sistema de espaços com construções, exerce pressão para o aumento da taxa de degradação ambiental e a destruição de *habitats* naturais, havendo a necessidade de expansão da malha física urbana, ocupando áreas que antes tinham uso agrícola ou eram áreas livres, ou de vegetação nativa.

As áreas verdes são essenciais para a saúde e para o êxtase do espírito, que encontra repouso nessas paisagens naturais espalhadas no meio da cidade (SITTE, 1992 *apud* LOBODA e DE ANGELIS, 2005), possibilitando melhor qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental, por sua função psicológica, e também absorvem ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenuam o sentimento de opressão do homem com relação às grandes edificações. Os espaços integrantes do sistema de áreas verdes de uma cidade exercem, em função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho, inúmeros benefícios ao seu entorno, proporcionando a melhoria da qualidade de vida pelo fato de garantirem áreas destinadas ao lazer, paisagismo e preservação ambiental.

Material e métodos

Entende-se como dispersão urbana a expansão horizontalizada e não compacta do tecido urbano, gerando

uma cidade denominada difusa, compreendida como “o descompasso entre o crescimento populacional e expansão física do espaço urbano, isto é, a condução para baixas densidades urbanas” (OJIMA, 2007, p. 94).

O padrão de urbanização dispersa associado à moderna preocupação com a qualidade de vida, promove a transformação urbana, quando morar perto do campo, mas com as vantagens de toda infra-estrutura dos centros urbanos, é a tônica dos novos empreendimentos imobiliários, caracterizados pelos condomínios residenciais, voltados à população de mais alta renda. Assumindo como hipótese esse novo padrão de ocupação urbana, identificamos uma nova forma de apropriação e produção do espaço urbano e especificamente das áreas verdes.

As áreas verdes como espaço público

As áreas verdes urbanas podem atuar como espaços públicos, compreendidas como áreas de uso coletivo nos entremeios de áreas privadas. E exercendo sua função social, organizam o espaço, identificam a cidade e integram bairros. Como espaços de natureza e espaços de convívio, são também estruturadores de vínculos e relações sociais, sendo lugar de excelência do convívio social, lugar de sociabilidade e

urbanidade, podendo ser visto ainda “como um espaço simbólico, da reprodução de diferentes idéias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos” (SERPA, 2007, p. 41).

É consenso que os parques públicos contribuem para a qualidade de vida urbana e oferecem aos habitantes espaços de lazer e de convívio e também de embelezamento, conferindo novos elementos à estética urbana. Sendo assim, a implantação de áreas verdes urbanas faz eco às reivindicações generalizadas no contexto das grandes cidades na atualidade (SERPA, 2007). A necessidade de “natureza” é evidenciada pela requisição de criação de parques públicos que funcionem como um “espaço de natureza” na ruptura da “selva de pedras”, funcionando como ambientes para fuga do ritmo urbano.

Resultados e discussão

Atualmente, as áreas verdes urbanas se tornam “espaços frágeis e preciosos” (SERPA, 2007, p. 82), cada vez mais raros na paisagem urbana. Somadas à atual e crescente preocupação com a qualidade de vida, a preocupação com a saúde e com o meio ambiente, também entra no interesse no contato com as áreas de vegetação. Esse interesse no contato

com a vegetação pode ser tratada como uma nova forma de preocupação sanitária, com enfoque na qualidade de vida e do bem estar. Há interesse crescente por viver nas proximidades de uma área verde e por isso são também crescentes os investimentos para implantação de áreas verdes nas cidades ao redor do mundo.

E nesse contexto, a implantação de um grande parque público pode ser estratégica, alterando a dinâmica urbana, requalificando áreas, valorizando áreas em detrimento de outras, contribuindo “para um processo de substituição de população nas áreas requalificadas” (SERPA, 2005, p. 113), dando novos significados e criando símbolos de bairros verdes. Dessa maneira, os espaços públicos podem ser analisados sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial (SERPA, 2007). Mesmo sendo um espaço público comum a todos, poucos se beneficiam. A localização de uma grande área verde valoriza a terra nas proximidades.

Conclusão

As áreas verdes urbanas, como parques públicos, são um ótimo espaço para resgate do contato com a natureza dentro das cidades e também revitalizam e requalificam os

bairros, servindo como instrumento para valorização do espaço urbano, concebidos como equipamentos urbanos na escala da cidade e da aglomeração.

A intenção de viver perto da natureza veio à tona atualmente, com a dispersão urbana e a expansão da rede viária promovendo o espraiamento da malha urbana. Com o consumo do espaço ligado ao uso massivo do automóvel, a decisão por onde viver passou a ser muito mais individualista. No padrão de ocupação urbana dispersa, a busca da “natureza” como paisagem destrói seu próprio objeto, a natureza como ecossistemas e biosfera. Supõe-se que haverá uma melhora na qualidade de vida, vivendo no meio rural, longe da agitação urbana, mas o adensamento da população pode ser favorável, pois concentração reduz o consumo de terra, que permite a preservação das áreas de vegetação remanescentes.

Uma solução, não só restringindo áreas verdes em grandes loteamentos residenciais de alto padrão nas periferias urbanas, seria promover o contato com a vegetação e oferecer maior quantidade de parques públicos. Socializando grandes áreas verdes que estão fechadas ao público, mesmo quando pertencem ao Estado, como sugeria Daniel Hogan, “não é possível individualizar este desejo de aproximação com a

natureza, com cada qual buscando seu jardim e seu pomar” (HOGAN *apud* SUGIMOTO, 2009, p.5).

Referências bibliográficas

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista Ambientia**, Guarapuava, v. 1, p. 125-139, 2005.

MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V. Os Sistemas de Espaços Livres da cidade contemporânea brasileira a esfera de vida pública – Considerações Preliminares. XII Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** Montevideo: Imprensa Gega, v. único, p. 1-12, 2009.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e uma proposta metodológica para estudos comparativos. **Revista brasileira de estudos populacionais**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.

SERPA, A. S. P. Parque Público, um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? **Cidades**, Presidente Prudente, v.2, n.3, p. 111-141, 2005.

_____. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, 2001.

SUGIMOTO, L. **Adensar para manter o verde**. Jornal da Unicamp. Universidade Estadual de Campinas – 14 de julho a 2 de agosto de 2008, p.8.